

Patrimonialização e Desenvolvimento

Sandra Siqueira da Silva

E-mail: liiiibra@yahoo.com.br

¹Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes, Mestranda em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS/Unimontes. Bolsista da CAPES.

Resumo: O presente trabalho tem a finalidade de discutir algumas considerações sobre as teorias do desenvolvimento, no caso deste artigo leva-se em conta a apropriação deste conceito quando o mesmo nos permite analisar o desenvolvimento em categorias voltadas para o lado econômico como o social, ambiental e cultural. Nesse sentido, busca-se conceituar e abordar as ações de patrimonialização da cultura, como vetores do desenvolvimento local. No entanto a mesma deve ser criteriosamente aplicada, visto que os seus fins podem transformar a apropriação dos bens culturais em mercadorias ou bens simbólicos.

Palavras-chave: Desenvolvimento, patrimonialização, cultura, patrimônio cultural, mercadorias, bens simbólicos.

Abstract: This paper aims to discuss some considerations about the theories of development, where this article takes into account the ownership of this concept when it allows us to analyze the development of categories focused on the economic side as the social, environmental and cultural. In this sense, it seeks to conceptualize and address the actions of the heritage culture as drivers of local development. However it must be carefully applied, since its purpose can transform the ownership of cultural property in the goods or symbolic goods.

Keywords: Development, patrimonialization, culture, cultural heritage, goods, symbolic goods.

Linha 1 – Desafios e perspectivas antropológicas.

1 – Introdução

A concepção de patrimonialização está ligada a ideia do desenvolvimento. Nesse sentido, a proposta deste trabalho é fazer uma breve exposição do pensamento de alguns autores sobre a temática do desenvolvimento e suas concepções a respeito do tema. Somado a este objetivo, o conteúdo deste trabalho consiste em desenvolver uma análise sobre a valorização dos bens culturais como bens econômicos e simbólicos, a influência e os objetivos da patrimonialização da cultura e dos bens culturais.

Assim, o objetivo deste trabalho está fundamentado em uma breve revisão bibliográfica sobre o conceito de desenvolvimento, desde o surgimento do termo e as suas várias interpretações e aplicações. Para melhor compreender este conceito, utilizaremos como referencial teórico: Berthoud (2000), Rostow

(1978), Sen (2000), Hermet (2002), Esteva (2000), Sbert (2000), Furtado (1981), Rist (1997) e Lummis (2000). Esses autores serão utilizados para se entender o surgimento do termo, e a visão e interpretação dos mesmos sobre o conceito em questão.

A seguir busca-se abordar a patrimonialização da cultura, como vetor do desenvolvimento local. Fundamentamos nossa análise em Hermet (2002) para a compreensão de como a cultura tradicional pode propiciar o desenvolvimento dos grupos tradicionais. A relação entre cultura e desenvolvimento é analisada conforme Hermet (2002), Pereiro (2006) e Berenstein Jacques (2008). A partir de Choay (2006), Leite (2002), (2005), (2009), Leite e Peixoto (2009) e Silva (2011) serão analisados os processos de patrimonialização voltados para o espetáculo urbano. Fonseca (2003) aborda a patrimonialização como parte do direito a memória, conforme Tamaso (2005) o assunto é finalizado ao pontuar questões relativas ao enobrecimento dos locais. Para abordar a influência da patrimonialização da cultura, são trabalhados os conceitos de acordo com Pereiro (2006), e Anico (2005).

Por fim, busca-se analisar a patrimonialização em duas categorias: a patrimonialização voltada para o espetáculo urbano e a patrimonialização que visa dar visibilidade às culturas de grupos subalternos. Tais ações podem ser compreendidas por resultados positivos ou negativos, conforme discutiremos na última seção deste trabalho.

2 – Considerações sobre o conceito de desenvolvimento

Conforme Silva (2011), durante o século XIX não se havia formado um conceito a respeito do desenvolvimento nem sobre o subdesenvolvimento, o conceito usado até o momento era o de progresso. De acordo com Sbert *apud* Sachs (2000) ciência e tecnologia estavam ligadas pela fé ao progresso, mas em consequência das duas grandes guerras¹, o termo progresso perdeu o seu prestígio. O progresso é um destino moderno e o homem moderno é definido pelo progresso. As sociedades que não o tem estão submissas àqueles que o tem, e estas usam do progresso para conservar a sua posição de dominação. Sendo este termo uma questão de sobrevivência.² O progresso tem uma conotação individual, evolutiva, natural e espontânea. Nasce com o liberalismo, onde o indivíduo é o sujeito desse processo, na concepção de que cada um fazendo sua parte consequentemente se chegará ao progresso.

¹ A partir da década de 1940, com o desencadeamento das guerras mundiais, a ciência passou a ser questionada, principalmente após o lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki. Estes questionamentos se iniciaram porque a ciência passou a ser usada a serviço do mal, para os objetivos da guerra e pela guerra, passa agora a ser vinculada a uma dimensão imperialista. Visto que, até este evento, a ciência era vista e percebida como fonte produtora de bem-estar para a humanidade. “No entanto, a máquina de guerra, longe de esmorecer, transformou-se nos anos seguintes numa indústria florescente, e a ciência, sobretudo a que se designa hoje por big science, colocou-se zelosamente a seu serviço.” (Santos, 1989, p. 130). Assim, tendo como marco histórico este evento, surge a perfeita união entre a ciência moderna e o capitalismo, a partir da chamada industrialização da ciência. Em que esta se comporta de acordo com as exigências do sistema vigente.

² “No entanto, a crença no progresso pode de fato pertencer ao âmbito da fé num sentido semelhante à cristã garantia das coisas que esperam do além. Certamente, na prática, a fé no progresso acaba se tornando mera “falsa consciência” – uma auto-ilusão etnocêntrica, classista e egoísta”. (SBERT *apud* SACHS, 2000, p.294).

Em direção oposta ao conceito de progresso está o conceito de desenvolvimento. O significado deste conceito é relacionado a ações voltadas a serem implementadas de acordo com um planejamento, estas tem um significado voltado para o plano coletivo. Esta nova concepção nasce com o Estado Keynesiano, o Estado como representante de uma coletividade que avança levando consigo as massas; aqui o sujeito do processo é o grupo, o país.

Segundo Esteva *apud* Sachs (2000) em 20 de janeiro de 1949, durante o discurso de posse de Harry Truman³, então presidente dos Estados Unidos, é criado o conceito de desenvolvimento e de subdesenvolvimento. A partir desta data, este conceito é aplicado a todas as sociedades do mundo. Assim, diante do resultado deste discurso, os Estados Unidos demarcaram a sua hegemonia diante do mundo.

Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas. (...) daquele momento em diante, deixaram de ser o que eram antes, em toda sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia; uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila; uma imagem que simplesmente define sua identidade, uma identidade que é, na realidade, a de uma maioria heterogênea e diferente, nos termos de uma minoria homogeneizante e limitada. (ESTEVA *apud* SACHS, 2000, p. 60).

Em seu discurso, Truman apenas usou a palavra subdesenvolvimento para ilustrar fatos presentes na maioria das sociedades, como o atraso e a pobreza, fruto da exploração colonialista dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos. Nesse sentido, fica evidente que o desenvolvimento fabricou o subdesenvolvimento.

Para Furtado (1981), neste contexto do pós-guerra a reflexão sobre o desenvolvimento foi propiciada pela consciência do atraso econômico vivido pela grande maioria da população mundial. Para o referido autor, o conceito pode ser entendido por dois sentidos bem distintos: o primeiro seria por um processo de transformação que engloba a adoção de métodos produtivos mais eficientes, e o segundo com o aumento do fluxo de bens e serviços. O conceito é também sinônimo de eficiência e de riqueza. E também é relacionado ao grau de satisfação das necessidades humanas.

Na discussão sobre o desenvolvimento como satisfação das necessidades humanas, Amartya Sen (2000) tem uma visão semelhante à de Furtado (1981). De acordo com a análise do desenvolvimento como forma de felicidade humana, na visão de Sen (2000), a expansão da liberdade humana é o principal meio e fim do desenvolvimento, e o objetivo deste é a avaliação das liberdades desfrutadas pelas pessoas. O desenvolvimento requer o afastamento das fontes de privação de liberdade e de escolhas, tais como: pobreza, Estado repressivo, negligência de serviços públicos como: saúde, educação, transporte, moradia, desemprego, que para o autor se constituem em liberdades substantivas, etc.

O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. (...) A importância

³ “É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que tome nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas. O antigo imperialismo – a exploração para o lucro estrangeiro- não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática”. (Harry, S. Truman, Discurso Inaugural, 20 de janeiro de 1949, in Documents on American Foreign Relations, Connecticut, Princeton University Press, 1967. ESTEVA *apud* SACHS, 2000, p.60-61).

intrínseca da liberdade humana em geral, como o objetivo supremo do desenvolvimento, é acentuadamente suplementada pela eficácia instrumental de liberdades específicas na promoção de liberdades de outros tipos. (SEN, 2000, p. 10).

Neste caso, o desenvolvimento é sinônimo de bem-estar social e não de crescimento econômico, o bem-estar é o resultado da satisfação das necessidades básicas, que englobam o campo físico, mental e social. Segundo Berthoud *apud* Sachs (2000) está posto que o desenvolvimento se apresenta como a única forma de vida ocidental capaz de assegurar a felicidade humana. Ele é o único caminho para se libertar das carências e limitações, mesmo trazendo falsas promessas como a da riqueza e de uma sociedade completamente livre.⁴ Assim, a tendência é a de se considerar o bem-estar material como valor universal e não como valor cultural.

Na elaboração de um plano modelo a ser perseguido para se chegar ao desenvolvimento, Rostow (1978) advoga que o desenvolvimento de todas as sociedades pode ser catalogado em cinco etapas: a sociedade tradicional, as pré-condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa. Na primeira etapa existe a sociedade tradicional, voltada para a agricultura, em que a família e o clã exercem grande influência social. A segunda etapa é o processo de transição, tem-se início a valorização do lucro privado e da educação, despontando-se os bancos e instituições para a mobilização do capital; há o crescimento do comércio e do bem-estar geral, visto que os fatores de decomposição da Idade Média criaram as pré-condições para o arranco. Na terceira etapa, o desenvolvimento passa a ser normal, o incentivo para o arranco foi tecnológico. A economia passa da agricultura para ser predominantemente industrial. É mantido, neste momento um ritmo constante de desenvolvimento. Na penúltima etapa, a economia se diversifica em várias áreas produtivas e tem condições de produzir qualquer bem que necessite. Por fim, a última etapa é a do consumo em massa, resultado do aumento da renda por pessoa e do aumento do número de trabalhadores especializados que movimentam o consumo econômico.

Ao contrário desta perspectiva, Rist (1997) não constrói um conceito para o desenvolvimento, mas procura compreender como a narrativa do desenvolvimento contaminou todo o mundo, porque todos o perseguem e querem ter e ser o que é tido como desenvolvido. O autor ainda coloca que o desenvolvimento tornou-se universal, mas não transcultural. O principal defeito das pseudo-definições de desenvolvimento é que elas são baseadas nas maneiras em que as pessoas imaginam condições ideais de existência. Desta forma, se o desenvolvimento é uma palavra para caracterizar a soma de virtudes humanas, ele nunca existirá em lugar algum.

Hermet (2002) compreende o conceito de desenvolvimento como um processo de mudanças em que uma coletividade tem acesso a uma gama de fatores que proporcionam um maior bem-estar, em função disso necessitam extrair do seu meio todos os recursos que até o momento eram pouco ou nunca utilizados. E este processo se dá à custa de uma abertura externa. Este autor argumenta que desenvolvimento não é sinônimo de modernização, apesar dos mesmos serem fenômenos que podem coincidir de forma parcial.

⁴ “Se a ordem é que cada indivíduo tem necessariamente que acumular cada vez mais lucros, torna-se relativamente fácil definir o que é um país atrasado. Com isso, embora o desenvolvimento, com muita frequência, traga a pobreza para a maioria da população, ele passa a ser considerado como o único meio de libertar-se daquele estado “desumano” de “carência.” (BERTHOUD *apud* SACHS, 2000, p. 150).

Em poucas palavras, a modernização é um fenômeno de envolvimento passivo provocado pelo efeito da demonstração de formas de consumo e de comportamentos externos. Ao contrário, o desenvolvimento só se torna efetivo e digno desse nome se modificar as hierarquias e os papéis, e o faz apoiando-se suficientemente em uma dinâmica interna capaz de gerar uma mobilização tanto produtiva quanto moral da população. (HERMERT, 2002, p.23).

Conforme este autor, ao se levar em conta a cultura e diversidade cultural aboliu-se a dimensão hierárquica do desenvolvimento, regida pelo padrão ocidental da modernidade, dando-se voz à maioria dos habitantes do planeta que se situavam fora deste padrão. Logo, as sociedades tidas como “menos desenvolvidas”, no desenvolvimento de suas atividades, mantêm-se a sua identidade, o orgulho e a coesão do grupo, o patrimônio coletivo corresponde ao seu capital social.

Assim, segundo a visão dos autores trabalhados anteriormente, observa-se que o desenvolvimento tem conotações e impactos econômicos, sociais, políticos, ambientais e culturais. Perseguir o desenvolvimento implica muito mais do que aumentar índices econômicos, é estar aberto para transformações em todas essas áreas abrangentes que o conceito pode influenciar.

Agora descobrem que “desenvolver” não significa nada se só se trata de despejar cimento, instalar canos de água ou levantar a qualquer custo curvas estatísticas, sem pensar, antes, durante e depois de suas intervenções, nas reações muito diversas das pessoas atingidas por essas intervenções e nos benefícios que esperam ou não das mesmas. (HERMET, 2002, p.18).

Para o momento, a questão a ser pensada é a escolha de uma proposta de desenvolvimento que priorize tanto o lado econômico como o social, ambiental e cultural. Portanto, acreditamos que a proposta de desenvolvimento de Sen (2000) e Hermet (2002), é a mais pertinente neste contexto. O conceito de desenvolvimento é ideológico, representa a perspectiva de determinados grupos sociais, embora tenha se configurado como verdade, em que só é possível ser uma sociedade moderna através da aquisição do mesmo, e aqueles que não se apoderam deste conceito como verdade são excluídos do processo; automaticamente tornam-se pertencentes do grupo dos subdesenvolvidos.

Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento utilizado neste trabalho como categoria analítica para a compreensão da patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento é o de Sen (2000) e Hermet (2002), que engloba uma totalidade de categorias em que será possível formatar uma análise global sobre as dimensões do termo em questão, e principalmente se a patrimonialização dos bens culturais pode propiciar o desenvolvimento local em suas várias dimensões sejam sociais, econômicas ou culturais.

Diante destas considerações e partindo do pressuposto de que a riqueza e o desenvolvimento, não são exclusivamente categorias exclusivamente monetárias, será objetivo da seção seguinte, mostrar que através da inserção cultural de um determinado grupo, juntamente com o sentimento de pertença e identidade, somados ao reconhecimento dos seus bens culturais, que passam a ser tomados como o seu patrimônio cultural, buscaremos abordar como a patrimonialização da cultura pode ser vetor do desenvolvimento.

3 – A patrimonialização da cultura: uma ferramenta utilizada para o desenvolvimento local.

De acordo com Silva (2011), a patrimonialização é uma ação que tem como finalidade fomentar o desenvolvimento através da valorização, revitalização de uma determinada cultura e do seu patrimônio cultural. Partindo desta premissa, busca-se nesta seção compreender o conceito de patrimonialização, sua finalidade e os seus objetivos. Abordaremos a relação entre a patrimonialização dos bens culturais e os resultados da mesma, sejam positivos e negativos para o grupo local.

Antes de debruçar-nos sobre o conceito de patrimonialização, é necessário categorizar algumas percepções a respeito da cultura local. Hermet (2002) argumenta que a cultura é compreendida a partir de dois sentidos. O primeiro sentido relaciona-se ao capital social e a participação. Neste caso, a cultura é quem dá origem aos valores que nortearão o comportamento de um determinado grupo. O segundo significado é voltado para os valores da alta cultura, representada pela música, arte, literatura e pelos refinamentos mais nobres.

A alta cultura sempre foi reconhecida como a cultura oficial, ensinada nas escolas, transmitida como referência cultural de um determinado povo e de uma determinada cultura. Como as elites eram os grupos que se apropriavam e tinham o acesso a alta cultura, os mesmos tornaram-a patrimônio cultural. Do lado oposto, as classes populares detinham o conhecimento popular, ou o conhecimento tradicional. Este como não estava em poder de grupos economicamente abastados nunca teve o mesmo *status* que possuía a alta cultura. Mas, com a noção de patrimônio sendo revista, e com o reconhecimento dos conhecimentos tradicionais e populares através do reconhecimento do patrimônio imaterial através de lugares, modos de fazer, festividades, saberes e na culinária local, os signos culturais destes grupos tornaram-se tão valorizados e reconhecidos quanto os signos culturais da chamada alta cultura.

Esta valorização acabou por fomentar o reconhecimento de traços culturais que até o momento eram tidos como os responsáveis pelo atraso das culturas populares. Assim, para que a cultura destes grupos antes subalternos passassem a ter o mesmo reconhecimento que a cultura das elites, os gestores públicos e privados passaram a institucionalizar mecanismos que pudessem legitimar a cultura local. O foco destas políticas públicas está na valorização dos bens culturais dos grupos sociais, com a finalidade de promover o reconhecimento dos mesmos além de propiciar condições que fundamentem o desenvolvimento local.

Em uma palavra: o desafio consiste em transformar o que geralmente se considera acessório - a cultura, empregando este termo em sua acepção tradicional- em fator principal do ressurgimento de uma comunidade ante si mesma: isto é, em apoiar-se na promoção da cultura, confundida erroneamente com gratuidade, para provar-lhe que ainda pode realizar proezas que revelem não estar condenada, de forma alguma, a uma morte lenta. (HERMET, 2002, p.164).

Para no referido autor toda a atividade cultural sempre teve um aspecto econômico e monetário. Esta visão não se aplica somente aos artistas que alcançam o sucesso, ou que estão presentes na mídia. Nesse sentido, a cultura popular se explorada também pode produzir ganhos econômicos. Assim, é objetivo desta seção avaliar os resultados das políticas de patrimonialização da cultura. Como têm sido percebidos os seus impactos? Ao serem patrimonializados, qual tem sido a ênfase dada aos bens

culturais? Tornam-se mercadorias voltadas para o consumo e ao espetáculo urbano, ou preservam-se como bens simbólicos, referenciais de identidade, memória e história de uma coletividade?

A partir da 2ª Guerra Mundial, consonante Perez (2009), houve uma grande preocupação com o patrimônio cultural. As consequências da guerra alteraram tanto a paisagem, os monumentos e as memórias locais. Nasce a necessidade de determinar, o que necessita ser preservado e o que pode ser esquecido. Este processo de interesse e ativação em relação ao patrimônio é denominado de patrimonialização. Esta está ligada à institucionalização da cultura.

O patrimônio cultural não está dotado de valor em si mesmo, porém, cada grupo e subgrupo humano atribui e adscrive valores e significados, específicos em cada momento histórico, aos seus bens culturais, escolhidos dentro dos múltiplos elementos culturais, o que implica a existência de um processo social de seleção e de atribuição de valores. Neste processo são capitais os especialistas – arqueólogos, antropólogos, arquitetos, historiadores da arte, biólogos e outros – enquanto criadores de uma legitimidade patrimonial seletiva. Os especialistas certificam o valor dos elementos culturais dignos de serem patrimonializados e reconhecem como bem de tutela pública o que antes não estava reconhecido como tal. (PEREZ, 2009, p. 148).

Esta, de acordo com Pereiro (2006), é um mecanismo de afirmação e legitimação da identidade de um grupo, com a atribuição de valores, sentidos, usos e significados, voltados para um processo de ativação das memórias passíveis de caírem no esquecimento. Para o referido autor, o processo de patrimonialização tem ligação com o turismo cultural, com o reforço da diversidade das identidades culturais, com a conservação e preservação de bens culturais. A patrimonialização traz consigo estratégias de sobrevivência, voltadas para a mercantilização do patrimônio cultural.

Segundo Berenstein Jacques (2008), nos últimos vinte anos, acentuam-se as iniciativas de patrimonialização e museificação, com a finalidade de utilizar a cultura para a revitalização urbana. “(...) *tão em voga hoje, parece fazer parte de um processo bem mais vasto de utilização da cultura como instrumento de desenvolvimento econômico*”. (p. 32). O meio para a realização desta revitalização cultural é valer-se da patrimonialização.

Para a referida autora, o turismo cultural tem se intensificado em todo o mundo. Há uma competição entre as cidades para receber os turistas, seduzidos pelo patrimônio cultural local. Com os bens patrimoniais cada vez mais valorizados, pode-se pensar no surgimento da “indústria patrimonial”, através da ligação com a indústria do turismo cultural. Para esta autora, a indústria do patrimônio está relacionada à proliferação dos locais de memória ou identitários, dos monumentos locais e, principalmente, de novos museus.

A competição local por turistas ou empreendedores estrangeiros é acirrada. As municipalidades se empenham para melhor vender a imagem de marca da sua cidade, em detrimento das necessidades da própria população local, ao privilegiar basicamente o visitante, através de seu maior chamariz: o espetáculo. O patrimônio cultural urbano passa, assim, a ser visto como uma reserva, um potencial de espetáculo a ser explorado. (p. 32).

Para Choay (2006) o patrimônio tem uma dupla função: proporcionar saber e prazer. Entretanto, devido à ação da engenharia cultural ocorre uma metamorfose entre o seu valor de uso em valor econômico, este empreendimento emprega grande quantidade de profissionais dispostos a popularizar e

tornar acessíveis os objetos patrimoniais, para a referida autora a palavra mágica está na valorização, que contém em si a noção de mais-valia.

Até mesmo os bens culturais não estão livres da influência da indústria cultural. No entanto, observa-se que a mesma pode massificar, popularizar ou também divulgar certos bens que se não fosse pela força de divulgação da mesma, talvez nunca pudessem chegar ao conhecimento do grande público. Mas, a questão a ser pensada está na apropriação que a indústria cultural faz dos bens patrimoniais, massificar o patrimônio e torná-lo espetáculo é uma faca de dois gumes, pois esta exposição pode divulgar o patrimônio relacionando-o com a população e a cultura local, mas também pode até mesmo acabar com ele. Diante deste impasse fica a pergunta, como utilizar-se da patrimonialização, sabendo dosar seu lado positivo acima dos impactos negativos que a mesma proporciona?

Fonseca (2003) esclarece que a ampliação da noção de patrimônio cultural é mais um efeito da globalização. Pois antes, ter alguns aspectos da cultura como *“tosca, primitiva ou exótica, reconhecidos como patrimônio mundial, contribui para inserir um país ou um grupo social na comunidade internacional, com benefícios não só políticos, mas também econômicos.”* (FONSECA, 2003, p.70). Esta autora defende que a preservação dos rituais religiosos, conhecimentos tradicionais, culinária, interpretações musicais e cênicas, atribuídos como patrimônio cultural proporciona para a comunidade uma aproximação do patrimônio com a produção cultural do passado e do presente; além de viabilizar a produção cultural dos grupos em que a tradição é transmitida oralmente, dando-lhes voz não somente na produção, mas na preservação do sentido do patrimônio; ocorre também o cumprimento do direito constitucional do “direito a memória” como parte dos direitos sociais; e por fim contribui para o mercado do turismo e dos bens culturais sem comprometer a continuidade histórica local, o que lhe confere um sentido particular.

Com o aparecimento de uma indústria da nostalgia, Anico (2005) garante que o objetivo da mesma está em identificar onde o passado é lembrado com nostalgia. No entanto, este passado muitas vezes é romantizado ou inventado, através dos processos de patrimonialização da cultura.

A patrimonialização de referentes culturais que vejo materializar a obsessão pelo passado configura-se como uma estratégia de proteção, baseada na conservação de identidades centradas, unidas e coerentes, mediante a valorização do patrimônio e da memória, como resposta às pressões das forças da globalização, ao desconforto do presente e às incertezas do futuro. (ANICO, 2005, p. 75).

A autora em questão argumenta que com a patrimonialização de determinados componentes das culturas locais, estes se tornam passíveis de serem reconhecidos como patrimônio. Neste caso não é categorizado como patrimônio somente aqueles bens produzidos e reconhecidos pelas elites. Esta estratégia abriu caminho para a valorização do patrimônio que se situa no cotidiano, seja corpóreo ou intangível, fruto da atual elasticidade do conceito de patrimônio. Assim, *“A cultura saía de um longo ostracismo, pois durante décadas havia sido considerada mais como um fator capaz de paralisar a mudança do que como um possível ponto de apoio do desenvolvimento.”* (HERMET, 2002, p.85-86).

Desta forma, conforme Silva e Feitosa (2011) pode-se argumentar, através de pesquisas realizadas nesta área, que a patrimonialização pode ter conseqüências opostas; de um lado, o mais otimista, proporcionando o resgate e a revitalização dos bens culturais, que poderiam cair no esquecimento. Esta ação vem para avivar a memória de um grupo, o sentimento de pertencimento a uma coletividade. Quando ocorre a patrimonialização de um determinado monumento, edifício, prato, modo

de fazer, ou dos ingredientes da gastronomia de certa região, estes passam a estarem presentes nas lembranças da sociedade, e também se tornam reconhecidos pela coletividade.

Se tal monumento, edifício, prato, ingrediente, receita ou preparo não fosse patrimonializado, poderia ser esquecido com o passar do tempo, e não haveria o reconhecimento da comunidade local em relação a seu patrimônio histórico, a sua culinária e a sua cultura.

A patrimonialização tem o seu lado positivo destacado quando permite a grupos sociais denominados subalternos assumirem uma posição contrária a da subalternidade, e assumirem um lugar social de destaque via cultura. Quando uma comunidade tradicional usa de seu patrimônio cultural, seja ambiental, monumental, ou imaterial representado pelas festividades, culinária e saberes, para alcançar as vias do desenvolvimento, seja econômico, social ou cultural. Este fato ocorre, quando os grupos sociais locais resolvem abandonar o estigma de sociedade subalterna na dimensão: econômica, social e cultural, e assumir a sua identidade como povos detentores de conhecimentos específicos e reconhecidos fora dos seus limites geográficos.

Onde quer que se encontrem e seja qual for sua identidade coletiva, as vítimas ignoradas pelo desenvolvimento sempre aspiram, em seu foro interno, a que os estigmas que os desvalorizam se transformem em valores, ou seja, desejam ser reconhecidas honrosamente pelo que são, em vez de serem catalogados como membros de “castas” subalternas ou até mesmo como párias. (HERMET, 2002, p, 116).

Este lado positivo da patrimonialização, que visa inserir e dar voz as comunidades excluídas através do seu patrimônio cultural, pode ser compreendido a partir de alguns projetos esboçados pela Secretaria do Estado de Cultura de Minas Gerais⁵ que ainda serão implantados. O governo de Minas traçou algumas estratégias voltadas para o desenvolvimento econômico e social das regiões mais carentes do Estado: o Norte de Minas, e os Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Para tanto, foi criado o projeto “Circuitos Culturais de Minas Gerais”, onde serão implantados o Circuito Cultural Praça da Liberdade, o Museu de Percursos do Vale do Jequitinhonha e o Museu da Cachaça de Salinas.

⁵Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br/?task=interna&sec=1&con=1624>. Acesso em: 02/09/2011.



Regiões do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.trilhadivulgadora.com.br/consultoria.php>. Acesso em 02/09/2011.

Segundo o site governamental, com a criação do Museu do Percurso no Vale do Jequitinhonha, objetiva-se preservar a diversidade das expressões culturais do Vale do Jequitinhonha. No caso do Museu da Cachaça, a ser instalado na cidade da Salinas no Norte de Minas Gerais, o objetivo está em manter viva a história de produção, distribuição e consumo da bebida que abrange não somente o local e o regional, mas também o plano nacional.

O governo do Estado de Minas Gerais pretende através destas ações atrair turistas e investimentos para estas regiões sempre estigmatizadas como desfavorecidas de recursos e investimentos financeiros. Será através destas ações governamentais fundamentadas na musealização do interior do Estado, que será possível investir em melhorias na infra-estrutura destes locais, além de possibilitar investimentos na educação, saúde, e saneamento para possibilitar assim o desenvolvimento nestas regiões. Pois, “A idéia é ter um museu como instituição viva, dinâmica, como um equipamento urbano, social e econômico capaz de valorizar a produção local e de atrair pessoas e investimentos para a região, desenvolvendo a cadeia produtiva da região”. (Secretaria do Estado de Cultura de Minas Gerais).⁶

Nos casos especificados acima, os governos usam das estratégias de patrimonialização da cultura local através de políticas públicas para beneficiar regiões ou comunidades conhecidas como desfavorecidas ou subalternas em relação as demais regiões e grupos sociais que integram o Estado de Minas Gerais. Nestas regiões onde a prosperidade econômica é ausente, não há semelhanças sobre os indicadores econômicos, sociais e de serviços em relação às demais regiões bem sucedidas economicamente do Estado. O diferencial entre ambas, e o fator que pode destacar as regiões no Norte, Jequitinhonha e Mucuri está na valorização da cultura local. Esta ao ser valorizada e reconhecida trará não somente benefícios monetários, como também fortalecerá a coesão grupal, o sentimento de pertença à

⁶Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br/?task=interna&sec=1&con=1624>. Acesso em: 13/07/2011.

coletividade produtora dos bens culturais e principalmente revigorará a identidade local, materializada nos bens culturais locais, o seu patrimônio cultural.

Evidentemente, o Estado deveria manter um papel decisivo nesse indispensável processo de regulação das indústrias culturais. A esse respeito, o que se discute não é se essas indústrias estabelecem como seu objetivo e tem como lógica mercantil brindar seu público com um tipo de diversão capaz de distraí-lo da vida cotidiana. A questão realmente pertinente é outra: consiste em fazer com que essa diversão seja compatível com as exigências de um desenvolvimento duradouro efetivo, por sua vez baseado em capital social preexistente, mas que, ao mesmo tempo, deve ser remodelado para conciliá-lo com tal finalidade. (HERMET, 2002, p. 181).

No entanto, a partir destas estratégias de patrimonialização, fica a pergunta: os governos serão capazes de manter o turismo compatível com as necessidades locais, preservando o patrimônio cultural como um bem simbólico exatamente na forma como é produzido pelas comunidades locais? Ou seja, ao se optar pela patrimonialização focada no desenvolvimento local, é imprescindível ter em mente que a linha entre mercadoria e bem simbólico é algo bem tênue quando se trata dos bens patrimoniais.

Para os governos ficam as possíveis consequências desta política: a patrimonialização ser responsável pela mercadorização da cultura popular e do patrimônio cultural nestas regiões, descaracterizando o ambiente, a paisagem, e a apropriação e produção em pequena escala, artesanal e simbólica dos bens culturais. Como uma segunda opção, podemos argumentar que após os investimentos feitos na patrimonialização destas regiões, as mesmas podem não despertar nos turistas e nos visitantes interesse no consumo cultural, fazendo com que os governos deixem no meio do caminho os investimentos pelo motivo de não receberem como esperado a margem de investimentos e ganhos previstos, deixando a região novamente abandonada com sua população local insatisfeita, podendo até mesmo ter alterado a forma com que os grupos locais percebem, produzem e se apropriam do seu patrimônio cultural.

Para tanto, é necessário que os governos tenham alternativas específicas fundamentadas no trabalho de técnicos que trabalhem no diagnóstico da melhor consecução dos projetos culturais. Alternativas que aliem a preservação cultural e os investimentos econômicos de forma equilibrada e sustentável, sem grandes impactos para as comunidades a serem beneficiadas. E principalmente, as ações governamentais devem ser pautadas em ações que priorizem acima de tudo a preservação da cultura e do patrimônio local em sua forma simbólica, sem descaracterizar o ambiente, e ao mesmo tempo propiciar um desenvolvimento que seja compatível com a região, e que possa destacá-la dentre as demais.

A segunda alternativa para a patrimonialização, que vejo como pessimista, está em se pensar somente no viés econômico e lucrativo, tal afirmação é fundamentada em pesquisas realizadas nesta área, quando ocorre a patrimonialização de algo da cultura regional, visando apenas o retorno financeiro, quando não ocorre o reconhecimento da comunidade com o bem cultural patrimonializado, e esta não o relaciona com os seus valores de identidade e pertencimento, que comunicam aspectos culturais.

Sempre que as manifestações do patrimônio imaterial se transformam em mercadorias, em entretenimento para o consumo, em espetacularização, a ênfase é posta no fetiche. O que sobressai é a relação entre coisas, entre mercadorias e não as relações sociais entre os indivíduos produtores. (VELOSO, 2006, p. 446).

Para analisar os efeitos da patrimonialização voltada para este viés, podemos elencar alguns exemplos já estudados sobre os processos de patrimonialização e suas implicações. Nesse sentido, é

importante retomar a discussão da patrimonialização dos bens culturais quando o seu lado material é destacado, e estes são apropriados como mercadorias, excluindo-se completamente o seu significado simbólico. No momento em que os mesmos são requisitados como mercadorias, o interesse de quem se apropria destes, está apenas no consumo. Os exemplos utilizados neste trabalho para a análise desta categoria fica evidente a partir dos trabalhos de Leite (2002), (2005), (2009), Leite e Peixoto (2009) e Silva (2011).

Leite (2002), (2005), (2009), ao estudar o uso dos espaços públicos e a revitalização das cidades históricas, argumenta sobre um processo muito comum a estes lugares: a *gentrification*⁷. Esta pode ser compreendida através de intervenções urbanas voltadas para a transformação de locais históricos degradados ou abandonados em áreas nobres, cujo interesse maior é transformar o antigo local de área degradada, com baixo valor imobiliário, a um lugar de entretenimento, lazer e consumo cultural. No Brasil, os exemplos mais nítidos de tal processo são claramente perceptíveis nas cidades de Salvador, Olinda, Ouro Preto, dentre outras.

Em Olinda, Leite (2009), Leite e Peixoto (2009) diagnosticou que as políticas de revitalização entre 1989 a 2001, na zona portuária do bairro do Recife, marco zero da cidade e local onde se originou a zona urbana local, contribuíram para o enobrecimento do bairro. Os antigos casarões deram lugar a sofisticados bares e restaurantes, e o local antes conhecido pela alta periculosidade tornou-se referência de lazer e entretenimento com segurança para a população local. A finalidade de tais ações estava nos futuros ganhos que o turismo cultural pode proporcionar. A cidade ao ser espetacularizada passa a ter uma maior visibilidade, gera mais movimento de pessoas e conseqüentemente uma maior circulação de dinheiro e bens.

⁷ “O termo *gentrification* (enobrecimento) é aqui usado no mesmo sentido dado pelos autores Harvey (1992), Featherstone (1995), Zukin (1995) e Smith (1996), que o utilizam para designar intervenções urbanas como empreendimentos que elegem certos espaços da cidade considerados *centralidades* e os transformam em áreas de investimentos públicos e privados, cujas mudanças nos significados de uma localidade histórica faz do patrimônio um segmento do mercado”. (LEITE, 2002, p.118).



Bairro do Recife Antigo. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/sites/7maravilhas/recife-antigo.html>. Acesso em: 02/08/2011

Ao analisar a cidade de Salvador, Leite (2009) coloca que este processo ocorreu no espaço do Pelourinho, em que o processo de intervenção feito no local alterou de forma significativa o antigo cenário, conferindo a antiga paisagem de casarões antigos um aspecto colorido e moderno. De um local abandonado, e com imóveis necessitando de reformas, o espaço do Pelourinho se transformou em um lugar que representa o cartão postal de Salvador, ponto turístico de passagem obrigatória para os visitantes da capital baiana.

Com forte apelo publicitário, o centro foi transformado em local de referência da baianidade, numa carnavalização consumível de uma negritude feliz e harmoniosa, bem distinta da dura realidade da maioria da população negra da periferia de Salvador. O Pelourinho, ou simplesmente *Pêlo*, como é conhecido, transformou-se num local de convergência simbólica de uma idéia de Bahia, fortemente marcada por uma imagem. (Leite, 2009, p.13).



Pelourinho. Disponível em: http://olhares.uol.com.br/pelourinho_foto887734.html. Acesso em 02/08/2011

Na cidade de Ouro Preto, Silva (2011) ao estudar o patrimônio e sua relação com as categorias de memória e mercadoria argumenta que o patrimônio é percebido muito mais como mercadoria do que como expressão da memória, principalmente nas cidades patrimônio da humanidade. Nestes locais o turismo é intenso, e para existirem e continuarem a existir estes espaços dependem da paisagem local, que para atender a demanda de consumo deve focar o cenário na reprodução do passado. Neste caso faz-se necessária a apropriação do simulacro, onde a imagem do presente substitui a do passado, não sendo possível a distinção entre o verdadeiro e o falso.

Nos casos abordados acima, o patrimônio cultural é utilizado como uma mercadoria porque o mesmo foi planejado para produzir ganhos através do espetáculo. Como o valor simbólico do local apenas fazia sentido para os seus moradores e não produzia lucro, e muito menos poderia ser comercializado, foram necessárias as intervenções urbanas de revitalização para conferir visibilidade a uma área que aos olhos dos gestores e públicos e privados era percebida como degradada. Tais reformas foram pautadas somente na transformação de bens culturais em mercadorias que podem ser comercializadas.



Ouro Preto. Disponível em: <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/turismo/roteiros/arredores/ouro-preto>. Acesso em 02/08/2011

Mas se o significado de um bem patrimonial está no seu valor simbólico, histórico e social, porque os mesmos não foram levados em conta ao serem feitas tais intervenções? Será que os moradores locais associam a nova paisagem as antigas lembranças, a nova paisagem ainda é referencial simbólico de identidade e pertencimento aos moradores locais? A Bahia pode ser representada simbolicamente pelo Pelourinho, ou pode ser consumida materialmente por este espaço e pelos objetos ali comercializados? Ouro Preto está presente no imaginário nacional pela sua arquitetura preservada, pela quantidade de museus e igrejas barrocas, bons restaurantes e pousadas, ou pelo valor simbólico representado por Tiradentes e pela Inconfidência Mineira naquele espaço? O valor do bairro do Recife está em seus atrativos turísticos voltados ao lazer, ou aos seus aspectos históricos e simbólicos?

Conforme Tamasso (2005) nas últimas décadas com a patrimonialização e o enobrecimento das cidades e dos lugares históricos, houve um aumento significativo no número de turistas e visitantes. Estes conforme iam realizando suas visitas acabavam por admirar, viver, reconhecer e também a valorizar o patrimônio dos locais em que freqüentavam. Assim, a partir deste processo, estes passaram a querer transformar sua história, monumentos, e manifestações culturais em patrimônio. Por este motivo, as cidades descobriram que ser moderno é ser antigo. *“O desenvolvimento pode ser buscado por causa do patrimônio. Se antes o patrimônio funcionava como obstáculo do desenvolvimento, agora ele é fundamento deste. (p.13).*

Para a autora em questão, este processo tem o seu lado perverso quando o patrimônio é produzido, revitalizado, preservado e utilizado de acordo com os interesses das elites. Assim, a partir do momento em que ocorre o tombamento de uma área histórica, conseqüentemente há a expulsão da população local que não consegue competir com a especulação imobiliária. O local tombado passa a ter novos moradores e freqüentadores que darão novos usos e valores e significados a área preservada, que serão opostos aos valores dos antigos moradores, visto que estes têm um vínculo simbólico, identitário e cultural com o local.

Deste modo, a partir dos exemplos trabalhados acima, o que fica visível e o que é consumido são imagens, serviços, e entretenimento. Fazendo com que o patrimônio seja apropriado não como um bem simbólico, mas como uma mercadoria com valores de uso, de troca e com grandes margens de lucro.

Diante desses conceitos e do posicionamento dos autores acima, fica claro que, a partir do momento em que a comunidade local começa a identificar, valorizar, proteger e revitalizar seus bens patrimoniais, estes passam a ser reconhecidos e protegidos. Diante de tais procedimentos, cria-se uma ferramenta para o desenvolvimento local: a patrimonialização.

Conforme Silva (2011), a patrimonialização dos bens culturais busca inserir a comunidade local no caminho do desenvolvimento social e econômico. Ao se agregar valor econômico e simbólico aos bens culturais, há o reconhecimento e identificação da história e cultura da população local, a patrimonialização da cultura deve ser utilizada como meio e fim da valorização dos bens culturais, estes, ao assumirem sua posição simbólica serão canais de desenvolvimento social, econômico e cultural. Desta forma, o uso da patrimonialização pode ter conseqüências distintas, cabe aos gestores públicos e organismos privados locais, trabalharem em um intenso processo de conscientização com a comunidade local, o poder público, a sociedade civil, que terá acesso aos bens a serem patrimonializados, para que se determine qual o uso será feito dos mesmos.

4 - Conclusão

Desde o surgimento do termo desenvolvimento, muito se tem falado neste conceito ao longo dos anos, a todo o custo as sociedades tem se esforçado para se enveredar no caminho do desenvolvimento. Para o momento, a questão a ser pensada é em que tipo de desenvolvimento iremos investir, um desenvolvimento baseado em índices, números, valores, pautado no crescimento econômico, ou em um modelo que priorize acima de qualquer coisa a valorização e satisfação das capacidades humanas conforme as referências norteadoras propostas por Sen (2000). Desta forma, a patrimonialização deve ser usada como fator de desenvolvimento social para priorizar acima de tudo o lado cultural em detrimento do econômico.

Analisar o desenvolvimento e a valorização da cultura e dos bens culturais é uma tarefa que deve ser executada para benefício de todos, pois a cultura é pública, produzida e revigorada coletivamente. Deste modo, quando se engloba ações para o desenvolvimento voltadas para a valorização da cultura, busca-se acima de tudo promover o reconhecimento identitário. No caso deste trabalho uma destas ações está fundamentada na patrimonialização da cultura e dos bens culturais.

Uma alternativa para tal questão, conforme Silva (2011) é se pensar em ações capazes de proporcionar o desenvolvimento, sempre apoiadas na idéia da patrimonialização. Visando tratar os excluídos com alguns privilégios, trabalhando sua rede de relações sociais, assim a exclusão será minimizada ao se pensar a pessoa em rede e não somente o indivíduo atomizado. Visto que, a forma de inserção dos excluídos é via cultura e nas alternativas governamentais voltadas para este fim. A cultura é a mola propulsora para que a comunidade local tome posse da sua identidade, se reconheça nela, e através

dela se organize socialmente. Com a valorização da cultura torna-se possível o funcionamento de toda a engrenagem social local.

Referências

ANICO, M. **A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade.** Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 11, nº 23, jan/jul, 2005.

BERENSTEIN JACQUES, P. **Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo?.** Revista de Urbanismo e Arquitetura, América do Norte, 6, dez. 2008. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229/2347>. Acesso em: 05/01/2011.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio.** 3ª ed. São Paulo: UNESP, 2006, 282 p.

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: Por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R; CHAGAS, M. (orgs.) **Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003, pp. 56-76.

HERMET, Guy. **Cultura e Desenvolvimento.** Petrópolis: Vozes, 2002, 204p.

LEITE, R.P. **Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, nº 49, junho de 2002, p. 115-172.

LEITE, R. P. **Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas.** Sociedade e Cultura, v. 8, nº2, julho-dezembro, 2005, p. 79-89.

LEITE, R. P. **Cidades, consumo e enobrecimento urbano no Brasil e em Portugal.** Latin American Studies Association - LASA, Rio de Janeiro, jun. 2009. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/ProencaRogérioLeite.pdf>. Acesso em: 07/07/2011.

LEITE, R. P; PEIXOTO, P. **Políticas urbanas de patrimonialização e contrarrevanchismo: o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto.** Cadernos MetrÓpole 21, 1º sem. 2009, p. 93-104.

PEREIRO, X. (2006): **Património cultural: o casamento entre património e cultura,** em ADRA n.º 2. Revista dos sócios do Museu do Povo Galego, pp. 23-41. Disponível em: http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/publicacoes/patrimonio_cultural/Patrimonio_Cultural.pdf. Acesso em: 05/09/2011.

PEREZ, X. P. **Turismo Cultural: Uma visão antropológica.** Colección PASOS edita, nº 2, 2009, 324 p. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosedita/PSEdita2.pdf>. Acesso em: 22/03/2011.

RIST, Gilbert. **The History of Development. From Western Origen to Global Faith.** London and New York, 1997, cap. I a IV.

ROSTOW, W. W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. 6ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, pp. 13-30.

SBERT, J. M. P. In: Sachs, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 284-299.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989, 176 p.

Secretaria do Estado de Cultura de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br/?task=interna&sec=1&con=1624>. Acesso em: 02/09/2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000, 409 p.

SILVA, S. S. **A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento**: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural. Revista Aurora, n. 7, Jan/ 2011. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/9silva106a113.pdf>. Acesso em: 12/03/11.

SILVA, S. S; FEITOSA, M. N. **Patrimônio Cultural Imaterial e Políticas Públicas: Os saberes da culinária regional como fator de desenvolvimento local**. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho 36: ALIMENTAÇÃO E CULTURA, durante o XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais - Diversidades e (Des)Igualdades, nos dias 07 a 10 de agosto de 2011 na Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Salvador-BA.

SILVA, V. R. F. **Patrimônio, Memória e Mercadoria**: uma reconstrução arquitetônica em Ouro Preto, Minas Gerais. Pelotas: 2011. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural).

TAMASO, I. **A expansão do patrimônio**: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios... Sociedade e Cultura, v. 8, nº 2, Jul./Dez. 2005, pp. 13-36.

VELOSO, M. **O Fetiche do Patrimônio**. Revista Habitus. Goiânia, v.4, n.1, p.437-454, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/habitus/article/viewFile/363/301>. Acesso em 14/09/2010.